

Súmulas Descritivas das Disciplinas

Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa

ANO I

LDLP110 INTRODUÇÃO AO DIREITO / INTRODUCTION TO LAW

Capítulo I – O conceito de Direito. 1. A natureza social do homem. 2. A ordem social e natural. 3. O Direito como parte da ordem social. 4. Comparação entre Direito e outras ordens normativas: a Ordem Religiosa, Ordem Moral, Ordem de Trato Social. 5. Os fins do Direito. 6. O Direito como regra: Direito objectivo e direito subjectivo. Capítulo II – As fontes de Direito. 1. Comparação entre Direito Público e Direito Privado. Critérios de distinção. 2. A divisão do Direito Público. 3. A subdivisão do Direito Privado. 4. Os novos temas jurídicos. Capítulo III – O Estado de Direito. 1. Características. 2. Estrutura. 3. Classificação. 4. As técnicas de codificação legislativa. Capítulo IV – A Protecção dos direitos. 1. Introdução: a organização do Estado. 2. Meios de protecção jurídica. 3. Protecção administrativa. 4. Tutela jurisdicional. Capítulo V - Fontes de Direito. 1. Definição. 2. As fontes de Direito em sentido técnico jurídico: lei, costume, jurisprudência e doutrina. 3. O valor das fontes de Direito em Macau. Capítulo VI - Interpretação das leis. 1. Definição. 2. Modalidades de interpretação jurídica: interpretação autêntica e doutrinal. 3. O método de interpretação das leis. 4. Elementos de interpretação. 5. Resultados da interpretação. 6. Integração. 7. Processos de integração de lacunas. Capítulo VII – Aplicação da lei no tempo. 1. O problema. 2. O princípio da não retroactividade da lei. 3. A expressão do princípio da não retroactividade no Código Civil. 4. A teoria do facto passado.

LDLP130 DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA / CONSTITUTIONAL LAW AND POLITICAL SCIENCE

Capítulo I – O Político. I – A noção de Política em sentido amplo. II – O Político analisado na perspectiva dos seus elementos constitutivos. Capítulo II – O Estado. I – O Estado como forma de sociedade política. II – O Estado como sistema político. Capítulo III – A RAEM como região política. I – A caracterização da RAEM como região política. II – A autonomia da RAEM. III – O sistema político da RAEM. Capítulo IV – Estado de Direito e Democracia. Capítulo V – A Constituição como Lei Constitucional. I – A noção de Constituição. II – Constituição escrita e Constituição não escrita. III – Constituições rígidas, semi-rígidas e flexíveis. IV – Constituição formal e Constituição material. Capítulo VI – A Constituição como Acto do Poder Constituinte. I – A teoria clássica do poder constituinte. II – Os problemas actuais do poder constituinte. III – A fenomenologia do poder constituinte material. IV – A desconstitucionalização, em especial. Capítulo VII – Características Gerais da Lei Básica. I – O fundamento normativo da Lei Básica. II – O art. 31.º da CRPC como cláusula de habilitação de poderes. III – A Declaração Conjunta Luso-Chinesa como Tratado Internacional. IV – As concepções sobre a natureza jurídica da Lei Básica. Capítulo VIII – A Lei Básica como Lei Ordinária. I – O sentido monista e dualista da lei. II – O sentido da lei no constitucionalismo português. III – O sentido da lei no constitucionalismo chinês. Capítulo IX – A Lei Básica como Lei Estatutária. I – O estatuto regional decorrente da função estatutária do Estado. II – A reserva de Estatuto. Capítulo X – A Lei Básica como Lei de Valor Reforçado. I – As leis ordinárias de valor reforçado em Portugal. II – A equiparação da Lei Básica às leis reforçadas do modelo constitucional português.

Capítulo XI – A Lei Básica como Lei Materialmente Constitucional. I – Os princípios fundamentais da Lei Básica. II – As categorias de direitos fundamentais. III – O regime jurídico dos direitos fundamentais. IV – A tutela dos direitos fundamentais. Capítulo XII – A Garantia da Lei Básica. I – A interpretação da Lei Básica. II – A garantia do valor reforçado da Lei Básica. III – Os limites de revisão da Lei Básica.

LDLP120 HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E POLÍTICAS / HISTORY OF LEGAL AND POLITICAL INSTITUTIONS

I. Introdução. 1. Historicidade e historicismo. 1.1. O facto social total. 2. Instituições e História Social. 2.1. Instituições e historicidade. II. A formação do Direito Comum. 1. A presença estrutural do Direito Romano. 1.1. O espírito e a persistência cultural e intelectual do Direito Romano. 1.2. Fontes do Direito Romano. 1.3. O Corpus Iuris Civilis. 1.4. O direito do Pretor. 2. O Direito Canónico. 2.1. Decretos e Decretais. 3. Os factores de unificação do direito. 3.1. Glosadores, Comentadores, Mos Gallicus Iura Docendo e Usus Modernus Pandectarum. 3.2. Do jusnaturalismo antigo até ao jusracionalismo moderno. III. A cultura jurídica contemporânea. 1. Os positivismos jurídicos e as ideologias desconstrucionistas. 2. A Teoria Pura do Direito. IV. Direito português e direito de Macau. 1. As ordenações afonsinas. 2. A lei da Boa Razão e o Novo Código.

LDLP140 ECONOMIA / ECONOMICS

Parte I: Introdução. 1 – Economia: conceito, objecto e método. 2 – Organização da actividade económica. 3 – Breve história da economia e dos sistemas económicos. Parte II: Microeconomia. 4 – O comportamento dos consumidores e a procura. 5 – O comportamento das empresas e a oferta. 6 – O comportamento dos mercados e dos preços. 7 – Os mercados de factores e a distribuição do rendimento. 8 – O comércio internacional e a especialização. Parte III – Macroeconomia. 9 – O circuito económico e a Contabilidade Nacional. 10 – Os ciclos económicos, a procura agregada e o modelo do multiplicador. 11 – A intervenção do governo: impostos e despesa pública. 12 – Desemprego, inflação e as políticas de crescimento e estabilização. 13 – A moeda, o sistema bancário e os mercados financeiros. 14 – A economia aberta: crescimento e integração económica. Parte IV – Temas actuais. 15 – Problemas e tendências do comércio internacional. 16 – A economia e as questões ambientais. 17 – A economia, o direito e as instituições sociais.

LDLP154 LÍNGUA E CULTURA CHINESA I / CHINESE LANGUAGE AND CULTURE I

Esta disciplina visa dar conhecimentos nos domínios do Mandarim (*Putonghua*), cultura Chinesa, costumes tradicionais Chineses, etc. O estudante adquire conhecimentos básicos sobre gramática, vocabulário, pronúncia (*Pinyin*), tornando-se capaz de compreender e ler textos simples. Nesta disciplina, é exigido ao estudante que ouça, fale e escreva sobre os conteúdos leccionados.

LDLP155 LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA I / PORTUGUESE LANGUAGE AND CULTURE I

Aspectos sócio-culturais do Direito. 1. Homem. Sociedade e Direito. 2. Regras sociais e jurídicas. 3. Regras sociais e jurídicas em diferentes contextos sociais e políticos. 4. O Direito como um facto social. 5. Direito e grupos sociais. 6. O Direito como expressão de controlo social: Conformidade e comportamento desviante. 7. Direito e mudança social. 8. Direito e sociedades em transição: O caso de Macau – Breves notas sobre aspectos políticos, económicos e sociológicos do Território.

ANO II

LDLP210 TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL / *GENERAL THEORY OF CIVIL LAW*

Introdução. Noções gerais de direito civil. I – Preliminares. II – Teoria geral do ordenamento jurídico civil. 1. Fontes do direito civil. 2. Princípios fundamentais do direito civil. III – Teoria geral da relação jurídica civil. 1. Teoria geral dos sujeitos da relação jurídica. Noções gerais. Pessoas singulares. Pessoas colectivas. 2. Teoria geral do objecto da relação jurídica. Noções gerais. As coisas e o património. 3. Teoria geral do negócio jurídico. Dos factos jurídicos em geral: conceitos e classificações; aquisição, modificação e extinção das relações jurídicas; negócio jurídico e simples acto jurídico. A declaração negocial: noções gerais; interpretação e integração dos negócios jurídicos; divergência entre a vontade e a declaração; vícios da vontade; representação nos negócios jurídicos. O objecto negocial. Elementos accidentais dos negócios jurídicos. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos: noções gerais; invalidades; redução e conversão dos negócios jurídicos.

LDLP220 DIREITO ADMINISTRATIVO I / *ADMINISTRATIVE LAW I*

Cap. I – Administração Pública 1. Administração Pública. Noção e sentidos do termo. 2. Evolução histórica do conceito de Administração Pública. 3. Sistemas administrativos: comparação entre o sistema europeu-continental e o sistema britânico. Cap. II – A Administração e o Direito 1. O princípio da legalidade. Primado da lei e reserva da lei (sentido histórico e sentido moderno do princípio da reserva da lei). 2. Vinculação (à lei) e discricionariedade (casos em que o legislador confere à Administração a possibilidade de fixar o conteúdo dos actos que pratica). 3. Fontes do Direito Administrativo: Em especial, os regulamentos administrativos Cap. III – A actividade administrativa 1. Dos factos jurídicos no Direito Administrativo. Em especial, o ilícito administrativo. 2. O acto administrativo. Noção e significado. Tipologia. 3. Os actos instrumentais. 4. O procedimento administrativo. 5. Eficácia e força jurídica dos actos administrativos: a executoriedade (possibilidade da Administração executar os seus próprios actos sem necessidade de recurso ao tribunal). 6. A estrutura do acto administrativo: o sujeito, o objecto e a estatuição. 7. Os vícios do acto administrativo. Tipos de invalidade.

LDLP240 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO GERAL E REGIONAL / *PUBLIC INTERNATIONAL LAW*

1. Conceito e a natureza do Direito Internacional Público. 2. Fontes de Direito Internacional Público: Tratados e Costume. 3. O Estado: Elementos do Estado, o Reconhecimento do Estado, Sucessão de Estados, Direitos e Deveres do Estado. 4. Organizações Internacionais: Definição e Tipos. As Nações Unidas. 5. Os indivíduos no Direito Internacional Público: nacionalidade e o estatuto jurídico dos estrangeiros. 6. O Direito das Relações Diplomáticas e Consulares 7. A Resolução Pacífica de Conflitos Internacionais: a solução política e jurídica da Resolução de Conflitos Internacionais. 8. Problemas do Direito Internacional Público em Macau. 8.1. A Declaração-Conjunta Sino-Portuguesa, 8.2. A capacidade jurídica da Região Administrativa Especial de Macau em matérias relacionadas com assuntos externos nos termos da Lei Básica da RAEM.

LDLP230 ECONOMIA PÚBLICA / *PUBLIC ECONOMICS*

Conceito de Economia Pública – A actividade financeira da RAEM: despesas, receitas e orçamento. A actividade económica da RAEM: caracterização da actividade económica

pública e da actividade empresarial da RAEM – receitas públicas – despesas públicas – orçamento público – políticas financeiras.

LDLP254 LÍNGUA E CULTURA CHINESA II / *CHINESE LANGUAGE AND CULTURE II*

Esta disciplina visa alargar e consolidar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes na disciplina de “Língua e Cultura Chinesa I”, do 1º ano, continuando a promover as capacidades básicas para a aprendizagem da língua chinesa (Mandarim) nos domínios da compreensão oral e escrita, de nível intermédio. Esta disciplina também compreende algumas revisões dos conteúdos da disciplina de “Língua e Cultura Chinesa I”, de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos já adquiridos. No final do ano lectivo, os estudantes devem ter alcançado conhecimentos suficientes e básicos da língua chinesa (Mandarim) aos níveis da pronúnciação (*Pinyin*), vocabulário, expressões idiomáticas, gramática, escrita, etc.

LDLP255 LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA II / *PORTUGUESE LANGUAGE AND CULTURE II*

Aspectos sócio-culturais do Direito. 1. Homem. Sociedade e Direito. 2. Regras sociais e jurídicas. 3. Regras sociais e jurídicas em diferentes contextos sociais e políticos. 4. O Direito como um facto social. 5. Direito e grupos sociais. 6. O Direito como expressão de controlo social: Conformidade e comportamento desviante. 7. Direito e mudança social. 8. Direito e sociedades em transição: O caso de Macau – Breves notas sobre aspectos políticos, económicos e sociológicos do Território.

ANO III

LDLP310 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES / *OBLIGATION LAW*

I. Introdução. Obrigação. Prestação. Relação obrigacional complexa. Função da obrigação. Obrigação e direitos reais. Princípios ordenadores do direito das obrigações: o princípio da autonomia privada; o princípio da boa fé; o princípio do enriquecimento sem causa. II. Fontes das obrigações. Contratos. Negócios unilaterais. Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade por factos ilícitos. Responsabilidade pelo risco. Responsabilidade por factos lícitos. III. Modalidades das obrigações. Obrigações quanto ao vínculo: obrigações naturais e obrigações civis. Obrigações quanto ao sujeito: Obrigações conjuntas. Obrigações solidárias. Modalidades quanto ao objecto. IV. Transmissão das obrigações. Transmissão de créditos e transmissão de dívidas. Cessão de créditos. Sub-rogação. Transmissão singular de dívidas. Cessão da posição contratual. V. Garantia real das obrigações. Meios de conservação da garantia patrimonial. Declaração de nulidade. Sub-rogação do credor ao devedor. Impugnação pauliana. Arresto. VI. Garantias especiais das obrigações. Garantias pessoais e reais. Prestação de caução. Fiança. VII. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. 7.1. Cumprimento. 7.2. Não cumprimento. Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor. Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor. 7.3. Cumprimento defeituoso. 7.4. Fixação contratual dos direitos do credor. 7.5. Realização coactiva da prestação. 7.6. Cessão de bens aos credores. 7.7. Mora do credor. VIII. Causas de extinção das obrigações além do cumprimento. IX. Contratos em especial. Contratos típicos e atípicos. Contratos mistos e contratos coligados. Enumeração e caracterização sucinta dos contratos regulados no Código Civil. Jogo e aposta.

LDLP320 DIREITO PROCESSUAL CIVIL I / CIVIL PROCEDURE LAW I

I. Introdução. Processo e direito processual. Jurisdição e função jurisdicional. Esquema geral do exercício da jurisdição civil. Direito processual civil. II. A acção. O direito de acção judicial. Classificação legal das acções: segundo o critério da finalidade, segundo a forma. Procedimentos cautelares. III. Direito Processual Civil. Conceito e natureza jurídica. Importância. Interpretação e integração das suas normas. Aplicação no tempo. Aplicação no espaço. IV. Fontes do Direito Processual Civil e de matérias afins. Evolução histórica. V. Teoria da relação processual. A instância como relação processual. A estrutura da relação jurídica processual. 1. Os sujeitos. 1. 1. As partes. Pressupostos processuais relativos às partes. Personalidade judiciária. A capacidade judiciária. Legitimidade. Patrocínio judiciário obrigatório. Referência especial a Macau. O interesse processual. 1. 2. O tribunal. A organização judiciária. Jurisdição e competência. 2. O objecto da relação processual. A demanda. VI. Os actos processuais. Conceito. Forma. Tempo. Lugar. Sujeitos. Finalidades. Patologia dos actos processuais. VII. Dinâmica da relação processual. Início da instância. Desenvolvimento da instância. Modificações da instância. Suspensão e interrupção. Termo da instância. Incidentes da instância. VIII. Formalismo do processo declarativo ordinário. Fases. 1. Articulados. Despacho liminar. Citação. A contestação. Contestação-defesa. Contestação-reconvenção. A réplica. A tréplica. Articulados supervenientes. 2. Saneamento e preparação do processo. Despacho saneador. Especificação e questionário. 3. A instrução do processo. Das provas em geral. Direito probatório material. Direito probatório formal. O ónus da prova. Princípios fundamentais que regem a prova. Meios de prova. 4. O julgamento. A audiência final. 5. A sentença final. O caso julgado. IX. Formalismo do processo declarativo sumário. X. A organização judiciária de Macau.

LDLP330 DIREITO CRIMINAL / CRIMINAL LAW

Parte I – Considerações gerais. Cap. I. O Direito Penal em sentido formal. 1. Conceito, finalidades, função e limites do direito criminal. 2. O fim das penas – as penas e as medidas de segurança. 3. A evolução do direito criminal. Cap. II. O direito penal e a sua aplicação. 4. Princípio da legalidade, interpretação e integração da lei penal. 5. A aplicação da lei penal. 6. Validade do direito criminal – aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Parte II – A doutrina geral do crime. Introdução – os elementos constitutivos do crime. 7. Classificação dos crimes. 8. Teoria Geral do Crime. 9. O tipo de ilícito. Cap. I. Os tipos incriminadores. 10. Os elementos do tipo. 11. O tipo objectivo e a imputação objectiva do resultado à conduta. 12. O tipo subjectivo de ilícito. O dolo e a negligência. A problemática do erro. Cap. II. Os tipos justificadores. 13. Princípios gerais. 14. Os tipos justificadores em particular. Cap. III. O tipo de culpa. 15. A problemática da culpa jurídico-criminal. 16. A culpa dolosa e a culpa negligente como graus de culpa. 17. A negação da culpa. Inimputabilidade, inexigibilidade, falta de consciência do ilícito não censurável e obediência indevida desculpante. Cap. IV. A punibilidade. Cap. V. Formas especiais de aparecimento do crime. 18. O “iter criminis” e a tentativa. 19. A omissão. 20. A comparticipação – autoria e cumplicidade. Cap. VI. Concurso de crimes.

LDLP360 DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL / LABOR AND SOCIAL SECURITY LAW

I. 1. Formação do Direito do Trabalho. 2. Direito do Trabalho: conceito, objecto e importância. 3. Âmbito do Direito do Trabalho. 4. Fontes do Direito do Trabalho. 5. O contrato de trabalho: conceito, elementos e características jurídicas. Comparação com contratos similares. 6. A formação do contrato: requisitos materiais e formais. 7.

Princípio da igualdade, boa fé e protecção da privacidade. 8. Direitos e deveres do empregador e do trabalhador. 9. Tipos de contratos de trabalho. 10. Período de experiência. 11. Contrato de trabalho a termo. 12. Contrato de trabalho a termo certo. 13. Contrato de trabalho a termo incerto. 14. Contrato de trabalho de menores. 15. O tempo de trabalho. 16. O trabalho extraordinário. 17. O trabalho nocturno. 18. O trabalho por turnos. 19. Descanso semanal. 20. Trabalho em dia de descanso semanal. 21. Feriados obrigatórios. 22. Trabalho em dias de feriado obrigatório. 23. As férias anuais. 24. Faltas: tipos de faltas. 25. Licença de maternidade. 26. Remuneração. 27. Tipos de remuneração. 28. Formas de cessação do contrato de trabalho. 29. Revogação. 30. Resolução. 31. Caducidade. 32. Denúncia. 33. Certificado de trabalho. 34. Contrato de trabalho com trabalhadores não-residentes. 35. O Regime de Segurança Social.

LDLP340 DIREITO ADMINISTRATIVO II / ADMINISTRATIVE LAW II

Introdução. I. A Justiça Administrativa. Princípio da Separação de Poderes. Principais Modelos Históricos de Justiça Administrativa. Modelos Objectivas e Subjectivistas. Evolução do Recurso Contencioso de Macau. II. A Competência Jurisdicional em Matérias do Contencioso Administrativo. O Tribunal Administrativo. Os Tribunais de Recurso. A Organização Judiciária de Macau. III. O Recurso Contencioso. Conceito e Natureza. Princípios Gerais. Recorribilidade do Acto Administrativo. Pressupostos Processuais. Legitimidade das Partes. Marcha do Processo de Recurso Contencioso. IV. Processos Contenciosos Especiais. Impugnação de Normas. Contencioso Eleitoral. Infracções Administrativas. V. As Acções Administrativas. Acções sobre Contratos Administrativos. Acções de Responsabilidade Civil. Acções de Intimação. Acções para a Prática de Acto Legalmente Devido. Acções para o Reconhecimento de um Direito ou Interesse Legítimo. VI. Os Meios Processuais Cautelares. Pedido de Suspensão Jurisdicional da Eficácia de Actos Administrativos. Intimação para um Comportamento. Pedido de Produção Antecipada da Prova. Providências Cautelares Não Especificadas. VII. Decisões Judiciais. Os Efeitos das Sentenças Administrativas. VIII. Os Recursos Jurisdicionais. O Direito ao Recurso no Processo Administrativo. Regime Jurídico-processual. IX. O Processo Executivo. O Processo Executivo para Prestação de Factos ou de Coisas. O Processo Executivo para Pagamento de Quantia Certa. Garantias contra a Inexecução Ilícita. X. A Arbitragem. Âmbito. Recurso da Decisão Arbitral. Centros de Arbitragem.

LDLP350 DIREITO FISCAL / TAX LAW

Introdução. I. Direito Fiscal. Enquadramento Histórico. Teoria da Imposição Fiscal. Impostos, Figuras Afins e Sistema Fiscal. O Imposto e a Técnica Tributária. Algumas Classificações dos Impostos. Âmbito e Conteúdo do Direito Fiscal. Natureza do Direito Fiscal. Relações do Direito Fiscal com os Outros Ramos do Direito. Direito Fiscal e Direito Constitucional. Direito Fiscal e Direito Administrativo. Direito Fiscal e Direito Privado. Direito Fiscal e Direito Processual. Direito Fiscal e Direito Penal. Direito Fiscal e Direito Internacional. II. O Ordenamento Jurídico Fiscal. Fontes de Direito Fiscal. Princípios Gerais de Direito Fiscal. Convenções Internacionais e Convenções Inter-regionais. O Costume. A Jurisprudência. A Doutrina. Interpretação, Integração e Aplicação das Normas Fiscais. Aplicação da Lei Fiscal no Tempo e no Espaço. Dupla Tributação. Planeamento Fiscal e Evasão Fiscal. Troca Internacional de Informação Fiscal. III. A Relação Jurídica Fiscal. A Obrigação Fiscal. Os Sujeitos da Relação Jurídica Fiscal. As Garantias de Cumprimento da Obrigação Fiscal. A Execução Fiscal. IV. O Sistema Fiscal de Macau. A Evolução do Sistema Fiscal de Macau. Os Impostos sobre o Rendimento. Os Impostos sobre o Património. Os Impostos sobre Bens e

Serviços. O Imposto Especial sobre o Jogo. Os Impostos sobre Actos e Documentos.

LDLP374 LÍNGUA E CULTURA CHINESA III / CHINESE LANGUAGE AND CULTURE III

Bibliografia: *Chinese Made Easy*, livro 1 《輕松學漢語 第一冊》. Primeiro Semestre 第一學期: Lição 11 a lição 13. 1. Revisão das palavras e caracteres Chineses aprendidos nos anos anteriores. 2. Lição 11 中國在亞洲. Caracteres Chineses: 亞 來 去 過 可. Lição 12 他去過很多國家. Caracteres Chineses: 友 地方 但 出. Lição 13 中國人說漢語. Caracteres Chineses: 說 漢語 話. 3. Cultura: Introdução de alguns Caracteres Chineses sobre apelidos Chineses, tais como 木子李, 口天吳, 弓長張, 古月胡. Após estas três lições, os alunos adquiriram conhecimentos sobre os nomes de muitos países e continentes, bem como sobre as respectivas línguas. Segundo Semestre 第二學期: Lição 14 a lição 16. 1. Revisões e exercícios sobre as palavras e caracteres Chineses já aprendidos anteriormente. 2. Lição 14 她會說好幾種語言. Caracteres Chineses: 會 幾 世界上. Lição 15 她是醫生. Caracteres Chineses: 老師 家庭 大夫. Lição 16 他做什麼工作. Caracteres Chineses: 做 員 喜歡. 3. Cultura: Como se apresentar, bem como aos membros da família. Após estas três lições, os alunos conseguem dizer “de onde vêm”, bem como utilizar expressões úteis sobre várias ocupações.

LDLP375 LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA III / PORTUGUESE LANGUAGE AND CULTURE III

Introdução. 1. Esta disciplina destina-se a estudantes de língua materna Chinesa, ou não-Portuguesa, que estudem em programas de ensino superior em língua veicular Portuguesa. 2. Objectivos gerais: Desenvolver as capacidades de comunicação escrita e oral; Consolidar e executar aprendizagens adquiridas em Língua e Cultura Portuguesa; Estimular o desenvolvimento do interesse relacionado com a actual realidade Portuguesa. 3. Conteúdos programáticos. Os conteúdos linguísticos (exponentes gramaticais e lexicais) resultarão dos pontos abaixo mencionados, de acordo com as necessidades e o conhecimento do aluno. Especial atenção será dada a frases idiomáticas. 3.1. Conceitos de Língua e Cultura. 3.2. Portugal, contexto actual, com especial incidência em aspectos históricos, políticos e económicos; Aspectos educacionais, culturais e artísticos; Portugal e a Comunidade Europeia. 3.3. Mitos Portugueses. 3.4. Estereótipos culturais. 4. As aulas serão conduzidas através de metodologias inactivas e exploratórias. As actividades a destacar consistirão na leitura e análise de textos, diálogo, discussão e escrita (resumos e composições).

ANO IV

LDLP410 DIREITOS REAIS / PROPERTY LAW

Introdução (evolução dos sistemas de domínio). I. Noção de direito real: perspectiva estrutural e perspectiva funcional. II. Princípios da constituição dos direitos reais: Princípios ligados ao lado interno e princípios ligados ao lado externo do direito real. III. Características dos direitos reais. IV. As grandes formas de ordenação do domínio. V. Ordenação dominial definitiva: Os direitos reais em especial (tipos de direitos reais). Direito de propriedade. Propriedade em comunhão. Compropriedade. Propriedade horizontal. Usufruto. Direito de uso e habitação. Direito real de habitação periódica. Direito de superfície. Enfiteuses constituídas antes do novo Código Civil de Macau.

Direitos reais resultantes de concessão de terras do Estado em Macau: domínio útil resultante de concessão por aforamento; propriedade de edificações resultante de concessão por arrendamento. Resumo sobre os direitos reais de aquisição e os direitos reais de garantia. VI. Ordenação provisória do domínio: A posse. Noção. As duas grandes funções da posse. Sistemas de posse; o sistema de Macau. Posse causal e posse formal. Posse e mera detenção. Direitos em termos dos quais se pode possuir. Coisas que podem ser objecto de posse. Capacidade para a posse. Caracteres da posse. Formas de aquisição da posse. Conjunções da posse. Conservação e perda da posse. Tutela possessória: Direitos que são efeito da posse; Acções possessórias. Usucapião.

LDLP420 DIREITO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES / *FAMILY AND SUCCESSION LAW*

I. Introdução. Noção jurídica de família e de sucessão e o fenómeno sucessório. Direito da Família e das Sucessões. Fontes. Princípios constitucionais. Caracteres do Direito da Família e das Sucessões e dos direitos familiares e sucessórios. II. As relações familiares. 2.1. O Parentesco. A relação de filiação. Estabelecimento da filiação. Estabelecimento da maternidade. Estabelecimento da paternidade. Procriação assistida. Efeitos da filiação. 2.2. A afinidade. 2.3. A adopção. 2.4. O casamento. Os sistemas matrimoniais. III. Relação matrimonial. 3.1. Constituição da relação matrimonial: O casamento como acto. 3.1.1. Casamento civil. 3.1.2. Casamento católico. 3.2. Efeitos do casamento: o casamento como estado. 3.2.1. Efeitos pessoais. 3.2.2 Efeitos patrimoniais. Regime de bens do casamento. Convenções matrimoniais. Descrição dos regimes de bens tipificados. Administração dos bens do casal. Ilegitimidades conjugais. Responsabilidades por dívidas dos cônjuges. 3.2.3. Termo das relações patrimoniais. Partilha. 3.3. Modificações da relação matrimonial. Simples separação judicial de bens. Separação judicial de pessoas e bens. 3.4. Extinção da relação matrimonial. Causas da extinção do casamento civil e do casamento católico. A morte. O divórcio. IV. A união de facto. Noção. Relevância jurídica. Condição da relevância jurídica. V. Alimentos. VI. Sucessão em geral. A morte como pressuposto da sucessão. Alusão às varias espécies de sucessão por morte. Herdeiro e legatário. Abertura da sucessão. Vocação sucessória. Designação sucessória. Conteúdo da vocação sucessória. Objecto da vocação sucessória. Pressupostos da vocação. Modos de vocação. Vocação indirecta: direito de representação; substituição directa; direito de acrescer. Herança jacente. Aquisição sucessória. Aceitação da herança. Repúdio da herança. Petição da herança. Alienação da herança. Administração da herança. Encargos da herança. Partilha da herança. VII. Sucessões em especial. 7.1. Sucessão legítima. 7.2. Sucessão legitimária. 7.3. Sucessão testamentária. 7.4. Sucessão contratual.

LDLP430 DIREITO COMERCIAL I / *COMMERCIAL LAW I*

I. Introdução ao direito comercial. Empresários comerciais: capacidade; obrigações; colaboradores do empresário; responsabilidade dos bens do casal por dívidas contraídas no exercício da empresa. A empresa comercial: negócios sobre a empresa comercial. Concorrência em geral. Concorrência desleal. II. Doutrina geral das sociedades comerciais. Noção e figuras afins. Tipos de sociedades. Constituição: o acto constitutivo e os estatutos. Personalidade jurídica. A participação social: obrigações e direitos dos sócios. Capital social: participação social como parte do capital social. Participação social como objecto de direitos e de negócios jurídicos. Órgãos das sociedades comerciais: a assembleia geral; a administração; o conselho fiscal ou fiscal único. Modificação e dissolução da sociedade. III. Títulos de crédito, especialmente letra de câmbio. Introdução e espécies. Caracteres gerais da obrigação cambiária. Requisitos

formais da letra. Negócios cambiários: O saque; O aceite; O endosso; O aval. As acções de regresso.

LDLP440 DIREITO E PROCESSO CRIMINAL / CRIMINAL LAW AND CRIMINAL PROCEDURE LAW

I Parte – As Consequências Jurídicas do Crime. Introdução. 1. As consequências jurídicas do crime. 2. O movimento de reforma do direito penal. Seu cotejo com o sistema sancionatório de Macau. Os modelos de política criminal. Capítulo I – As Penas. 3. Preliminares. 4. A pena privativa de liberdade ou pena de prisão. 5. A pena pecuniária ou pena de multa. 6. As penas de substituição. 7. As penas acessórias. Capítulo II – A Determinação Da Pena. 8. O sistema de determinação da pena. 9. A medida da pena. 10. Casos especiais de determinação da pena. Capítulo III – As Medidas De Segurança. 11. Doutrina geral. 12. Medidas de segurança privativas de liberdade. 13. Medidas de segurança não privativas da liberdade. Capítulo IV – Institutos De Natureza Especial. 14. A liberdade condicional. 15. A prorrogação da pena. II Parte – Processo Penal. Capítulo I – Noções Introdutórias. 1. Sentido e função do direito processual penal. 2. Localização do direito processual penal no sistema jurídico. 3. A conformação jurídico-constitucional do processo penal e a sua estrutura. 4. O direito processual penal e a sua aplicação. Capítulo II – Princípios Gerais Do Processo Penal. 5. Princípios relativos à promoção processual. 6. Princípios relativos à prossecução processual. 7. Princípios relativos à prova. 8. Princípios relativos à forma. Capítulo III – Os Sujeitos Processuais. 9. O Tribunal. 10. O Ministério Público e os órgãos de polícia criminal. 11. O arguido e o seu defensor. 12. O ofendido e o lesado. Capítulo IV – As Medidas De Coacção e de Garantia Patrimonial. 13. As medidas de coacção. 14. As medidas de garantia patrimonial. Capítulo V – A Tramitação do Processo Penal. 15. Formas de processo e respectiva tramitação. 16. Recursos.

LDLP460 DIREITO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA / EUROPEAN UNION LAW

1. A história da União Europeia. 1.1. As Comunidades Europeias: a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA), a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA ou EURATOM) 1.2. Os objectivos 2. As instituições das Comunidades: a Comissão, o Conselho Europeu, o Conselho de Ministros, o Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Comité Económico e Social, o Comité das Regiões, o Provedor de Justiça Europeu, o Banco Europeu de Investimento e o Banco Central Europeu. 3. Procedimentos de Decisão 4. O Direito da União Europeia: fontes e controlo judicial 5. O mercado comum: a livre circulação das mercadorias; a liberdade de circulação de trabalhadores; a liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços; a liberdade de circulação de capitais.

LDLP470 DIREITO PROCESSUAL CIVIL II / CIVIL PROCEDURE LAW II

A acção executiva. I. Teoria Geral da acção executiva. Conceito e finalidades. A classificação legal. II. Pressupostos processuais da acção executiva. 1. Pressupostos específicos. Pressupostos materiais e pressupostos formais. O título executivo. Natureza jurídica. Evolução histórica. Classificação. Consequências da falta de título executivo ou da sua inexecutabilidade. Certeza e exigibilidade da obrigação. A liquidez da obrigação. 2. Pressupostos processuais gerais da acção executiva. A competência do tribunal. A legitimidade. O patrocínio obrigatório. III. Formas de processo executivo. Regime legal das diferentes formas e espécies de execução. IV. As fases do processo executivo. 1. Processo executivo ordinário para pagamento de quantia certa. Fases: os

articulados. O requerimento inicial. O despacho liminar. A citação. O apenso da oposição do executado. A penhora. Definição e objecto. Oposição à penhora. Concurso de credores. Reclamação e verificação de créditos. Processamento. Pagamento. Modalidades de pagamento. Termo do processo executivo. Renovação da execução extinta. 2. Processo de execução para pagamento de quantia certa na forma sumária. 3. Processo de execução para entrega de coisa certa. Formas ordinária e sumária. 4. Processo de execução para prestação de facto, positivo ou negativo. Formas ordinária e sumária.

LDLP450 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO I / PRIVATE INTERNATIONAL LAW I

1. Determinação do objecto problemático da disciplina: Variedade de situações jurídicas e a problemática da sua regulamentação. 2. Fundamento, natureza e fontes do DIP. 3. Âmbito do DIP. 4. Direito Dos Não Residentes de Macau (Direito dos Estrangeiros) 5. Génesis e História do DIP. 6. Método do DIP: A perspectiva clássica europeia, a perspectiva norte-americanas e a aproximação entre as duas perspectivas. 7. Fundamento Geral do DIP: Princípios estruturantes do DIP e princípios e valores atendíveis. 8. Função das regras de conflitos: regras de conflitos bilaterais e unilaterais. 9. Estrutura regras de conflitos. 9.1.O elemento de conexão. 9.2. O conceito quadro e a qualificação. 10. O reenvio. 11. Os direitos adquiridos. 12. O instituto da ordem pública. 13. A fraude à lei em DIP.

LDLP484 LÍNGUA E CULTURA CHINESA IV / CHINESE LANGUAGE AND CULTURE IV

Bibliografia: *Chinese Made Easy*, livro 2. 《輕鬆學漢語 第二冊》. Primeiro Semestre 第一學期: Lições 7 e 8. 1. Verificação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos. 2.Lição 7 我最喜歡過寒假 Caracteres Chineses: 過 因為 所以. Frases padrão: 因為..... 所以..... ; 是.....的. Lição 8 我的愛好是聽音樂. Caracteres Chineses: 聽音樂 看電視 玩. Frases padrão: , 都..... ;完.....以後, 3.Cultura: “風箏”(o papagaio) e “春節”(o Ano Novo Chinês). Os alunos aprenderão a expressar em Chinês algumas ideias sobre os seus passatempos. Utilização pelos alunos de “得” para descrever uma acção. Segundo Semestre 第二學期: Lição 9 a Lição 12. Lição 9 他打籃球打得最好. Caracteres Chineses: 打籃球 參加 好多 跟.....一起..... Frases padrão: 跟.....一起..... Lição 10 她喜歡彈吉他. Caracteres Chineses: 除了 唱歌 正在. Frases padrão: 除了.....以外 ; 一邊.....一邊..... Lição 11 我們八點一刻上課. Caracteres Chineses: 上課 洗 從來 忙. Frases padrão: 一.....就..... ; “了”. 2.Cultura: “端午節(o Festival do Barco Dragão)” e “中秋節(o Festival de Outono)”. Os alunos aprenderão a expressar em Chinês ideias mais completas sobre os seus passatempos. Os alunos aprenderão a expressar duas acções acontecendo ao mesmo tempo com “正在”, bem como duas maneiras de expressar a duração de uma acção.

LDLP485 LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA IV / PORTUGUESE LANGUAGE AND CULTURE IV

Introdução. 1. Esta disciplina destina-se a estudantes de língua materna Chinesa, ou não-Portuguesa, que estudem em programas de ensino superior em língua veicular Portuguesa. 2. Objectivos gerais: Desenvolver as capacidades de comunicação escrita e oral; Consolidar e executar aprendizagens adquiridas em Língua e Cultura Portuguesa; Estimular o desenvolvimento do interesse relacionado com a actual realidade

Portuguesa. 3. Conteúdos programáticos. Os conteúdos linguísticos (exponentes gramaticais e lexicais) resultarão dos pontos abaixo mencionados, de acordo com as necessidades e o conhecimento do aluno. Especial atenção será dada a frases idiomáticas. 3.1. Conceitos de Língua e Cultura. 3.2. Portugal, contexto actual, com especial incidência em aspectos históricos, políticos e económicos; Aspectos educacionais, culturais e artísticos; Portugal e a Comunidade Europeia. 3.3. Mitos Portugueses. 3.4. Estereótipos culturais. 4. As aulas serão conduzidas através de metodologias inactivas e exploratórias. As actividades a destacar consistirão na leitura e análise de textos, diálogo, discussão e escrita (resumos e composições).

ANO V

LDLP510 TEORIA GERAL DO DIREITO CHINÊS / *GENERAL THEORY OF CHINESE LAW*

Parte I – História do Direito Chinês. 1. Pensamento Jurídico e Características do Sistema Jurídico da China Tradicional. 2. Transição para a Modernidade. Parte II – Direito Constitucional. 1. Sistema Político e Sistema Económico Básicos. 2. Órgãos Estatais da China. 3. Direitos Fundamentais e Deveres dos Cidadãos Chineses. Parte III – Fontes do Direito e Sistema Legislativo 1. Poder Legislativo. 2. Hierarquia dos Fontes do Direito. 3. Procedimentos Legislativos previstos pela Lei sobre a Legislação. Parte IV – Sistema Judiciário e Reforma Judicial 1. Órgãos judiciais. 2. Tribunais Populares, Estruturas, Jurisdições e Alguns Importantes Sistemas de Julgamento. 3. Procuradorias Populares, Estruturas e Competências. Parte V – Breve Estudo do Direito Processual da China e Estudos Comparativos. Parte VI – Direito Criminal. 1. Âmbito de Aplicação, Noção do Crime e Elementos Constitutivos do Crime, Penas. 2. Várias Instituições na Parte Geral da Lei Criminal da China. Parte VII – Direito Civil. 1. Princípios Gerais do Direito Civil e Fontes do Direito Civil. 2. Sujeitos das Relações Jurídicas Cíveis, Pessoas Físicas e Pessoas Colectivas. 3. Direitos Reais e a Lei dos Direitos Reais. 4. Enquadramento Jurídico Actual de Contratos. 5. Actos Jurídicos Cíveis e Responsabilidade Civil. Parte VIII – Direito das Sociedades Comerciais. 1. Apresentação, Estrutura e Âmbito. 2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica. 3. Sociedades por Quotas. 4. Sociedade Anónima. 5. Governação Corporativa. Parte IX – Lei do Casamento e Lei das Sucessões. Parte X. Outros Temas Seleccionados sobre Direito de Investimento Estrangeiro

LDLP530 DIREITO COMERCIAL II / *COMMERCIAL LAW II*

I – As obrigações comerciais. Generalidades. Teoria geral dos contratos comerciais. Fisionomia do moderno contrato mercantil: aparecimentos de novas figuras contratuais. A problemática das cláusulas contratuais gerais ou contratos de adesão. A incidência da problemática da protecção dos consumidores na contratação mercantil. II – Estudo dos contratos mercantis em especial. Os contratos de distribuição: contrato de compra e venda; contrato de comissão; contrato de expedição; contrato estimatório; contrato de fornecimento, contrato de agência; contrato de concessão comercial; contrato de franquia; contrato de mediação. Os contratos publicitários: contrato de publicidade; contrato de difusão publicitária; contrato de criação publicitária; contrato de patrocínio publicitário. O contrato de transporte: transporte de pessoas; transporte de bens. O contrato de hospedagem. O contrato de depósito em armazéns gerais: a emissão do conhecimento de depósito e da cautela de penhor. Os contratos bancários: depósito bancário; abertura de conta; antecipação bancária; conta-corrente bancária; locação financeira; feitoria. Os contratos de garantia: penhor mercantil; alienação fiduciária em

garantia; garantia flutuante; garantia autónoma. O contrato de seguro.

LDLP550 TEORIA GERAL DO DIREITO / *LEGAL THEORY*

I. Introdução: Objecto e interesse da disciplina. II. O fenómeno do direito. 1. Fundamentos do direito. 1.1. Questões persistentes da Teoria Geral do Direito. 1.1.1. O Conceito de direito. 1.1.2. Normas jurídicas. 1.1.3. O Fundamento de validade de um sistema jurídico. 1.1.4. A *lei* de Hume e o positivismo jurídico. 1.1.5. A teoria da justiça. John Rawls: justiça como equidade. 1.1.6. Direito e ética. 1.2. Fontes de direito. 1.3. Princípios gerais de direito. 2. Enquadramento do direito. 2.1. Tempo e direito. 2.2. Espaço e direito. 2.3. Direito e factos sociais. 2.3.1. Sociologia jurídica.

LDLP560 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO II / *PRIVATE INTERNATIONAL LAW II*

1. Sucessão no tempo das regras de conflitos: O DIP transitório. 2. A Questão prévia em DIP. 3. A problemática do Estatuto Pessoal. 3.1. O carácter nuclear da matéria no âmbito do DIP: 3.2. Os elementos de conexão preponderantes em matéria de estatuto pessoal: residência habitual e nacionalidade. 3.3. A regulamentação do estatuto pessoal no DIP de Macau. 4. Personalidade e capacidade jurídica das pessoas singulares. 5. Pessoas colectivas. 6. Direito das obrigações. Direito de Família: 5.1. O casamento no direito internacional Privado; o casamento como acto e o casamento como estado; 5.2. O Divórcio. 5.3. Constituição da filiação. 5.4. Adopção. 5.5. Relações entre pais e filhos. 5.6. União de facto. 6. Direito das sucessões; Sucessão legal, Sucessão Voluntária e Forma das disposições por morte. 7. Reconhecimento de sentença estrangeira.

LDLP570 MEDICINA LEGAL / *FORENSIC MEDICINE*

A Medicina Legal abrange quatro grandes áreas da prática médica, envolvendo os domínios da medicina legal civil, medicina legal Forense ou Criminal, Ética Médica e a área de prática médica legalmente definida. O curso inclui: 1. Contexto da medicina legal. Direito comparado na área da medicina em Macau, Portugal e outros países. Relatórios médicos e certificados. 2. Ciências Médicas Forenses (conceito, organização, Leis). 3. Ofensas corporais. 4. Sexologia forense. 5. Morte súbita por causas naturais. Morte violenta. Homicídio, Suicídio e danos auto-infligidos. 6. Lesões e morte por agentes físicos. 7. Ferimentos. 8. Asfixia. Imersão e Afogamento. 9. Investigação e causas de morte. Autópsia, exames médico-legais. 10. Agressões sexuais. 11. Aborto e Gravidez. Morte infantil. 12. Toxicologia. Envenenamento e efeitos do Alcool e drogas. Toxicodependência. 13. Psiquiatria Forense e Saúde Mental. 14. Odontologia, Antropologia, Catástrofes Naturais e causadas pelo homem. Identificação de cadáveres. 15. Legislação Laboral, Saúde Ocupacional e Leis de Segurança no trabalho. 16. Ética Médica, responsabilidade e negligência. Estudos de casos: Observação de situações práticas. 17. Transplante de Órgãos e tecidos. 18. Eutanásia e questões ético-legais 19. Tecnologias de reprodução assistida e preocupações éticas. 20. Debate sobre a Protecção e Prevenção na Saúde Pública. Legislação Internacional da Saúde e legislação em situações epidémicas. 21. Genética e DNA. Uso do DNA na Paternidade e Identificação Criminal. 22. Pesquisa em áreas médico-legais efectuadas por estudantes.

LDLP520 SISTEMAS JURÍDICOS COMPARADOS / *COMPARATIVE LEGAL SYSTEMS*

Parte I – Introdução: 1. Conceito de Direito Comparado e disciplinas próximas; 2. História do Direito Comparado; 3. Função e objetivos do Direito Comparado; 4. Método do Direito Comparado; 5. Formantes legais; 6. O Direito Comparado enquanto ciência; 7. Agrupamento dos sistemas jurídicos em Famílias. Parte II – Tradições legais do mundo. 1. Modelo Romano-Germânico: a) História; b) Estrutura; c) Fontes; d) As experiências Francesa e Alemã na codificação; e) A difusão dos respectivos padrões. 2. Modelo da *Common Law*: 2.1. O Direito Inglês: a) História; b) Estrutura; c) Fontes. 2.2. O Direito Americano: a) História; b) Estrutura; c) Fontes. 3. Direito Islâmico. 4. Direito Africano. 5. Direito Indiano. 6. Direito Japonês.

LDLP540 RELAÇÕES ECONÓMICAS REGIONAIS / *REGIONAL ECONOMIC RELATIONS*

Introdução: A especificidade da Economia Internacional. I Parte. Porque é que as Nações estabelecem entre si relações de comércio. 1. Teoria Clássica. 1.1. Vantagem Absoluta. 1.2. Vantagem comparativa. 1.3. Teoria da Procura Recíproca. 2. Teorias Contemporâneas do Comércio. II. Parte. Comércio Internacional. 1. O Sistema de Comércio. 1.1. O enquadramento histórico dos acordos de Comércio. 1.2. Do GATT à OMC. 2. A Organização Mundial do Comércio. 2.1. Âmbito, funções e estrutura da OMC. 2.2. Tomada de decisões. 3. Funções do Sistema Multilateral do Comércio – OMC. 3.1. O Sistema como um fórum negocial. 3.2. Um Código de Conduta para as Políticas Comerciais. 4. Princípio da Não-Descrição. 4.1. Cláusula da Nação Mais Favorecida. 4.2. Tratamento Nacional. 5. Reciprocidade. 6. Reforço dos Compromissos. 6.1. Resolução de Litígios. 6.2. Comércio em Serviços. 6.3. Protecção da Propriedade Intelectual. 7. Transparência. 7.1. Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais. 8. Salvaguardas. 8.1. Cláusulas de Salvaguarda e Excepções. 8.1.1. Renegociação das Concessões. 8.1.2. Derrogações. 8.1.3. Protecção de emergência e autolimitação das exportações. 8.1.4. Antidumping. 8.1.5. Medidas de compensação. 8.1.6. Excepções gerais. III Parte. Finança Internacional e Macroeconomia. 1. Balança de Pagamentos. 2. O Sistema Monetária Internacional antes da II Guerra Mundial. 3. O Sistema Monetário Internacional.